



O CONCEITO DE GÊNERO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: CONSTRUINDO UM ÍNDICE DE EQUIDADE/IGUALDADE DE GÊNERO NA ESCOLA

Keila Deslandes¹

Resumo

A promoção da equidade/igualdade de gênero é fator fundamental de desenvolvimento econômico e social, assim como a redução das desigualdades entre mulheres e homens deve ser um pilar das políticas educacionais contemporâneas. Garantida pela CRFB/ 88 e por leis e diretrizes específicas do campo educacional, a equidade/igualdade de gênero é uma meta a ser perseguida nas escolas brasileiras, em todos os níveis e dependências administrativas. Buscamos, neste trabalho, identificar variáveis que oferecessem elementos para a construção de um índice de promoção da igualdade de gênero nas escolas, entendido como um indicador de qualidade dos processos educacionais, tendo como missão identificar referenciais de promoção da igualdade de gênero em suas propostas curriculares e práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Gênero. Políticas educacionais. Igualdade.

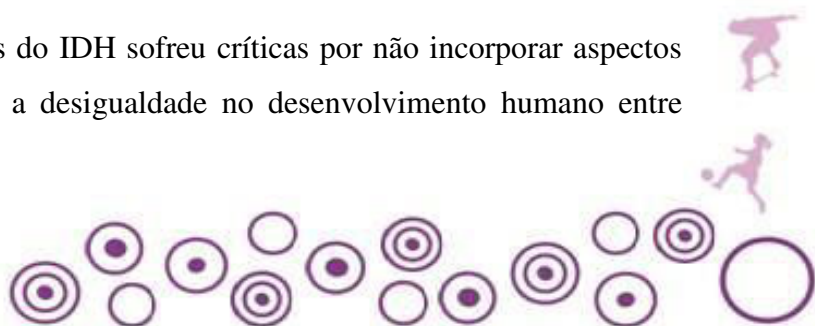
Elementos para a construção de um índice de equidade/igualdade de gênero, nas escolas

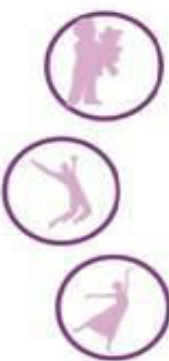
A proposta de fornecer elementos para a construção de um índice de equidade/igualdade de gênero nas escolas surgiu da necessidade de monitorar e avaliar, a partir da ótica de gênero, projetos de intervenção no ambiente escolar e, assim, contribuir para a efetividade e eficácia das ações implementadas.

Conforme destaca Soares (2013), o uso de indicadores ganhou visibilidade desde 1990, quando a ONU (Organização das Nações Unidas) passou a divulgar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O IDH, continua ela, foi construído como uma “medida alternativa para se medir o desenvolvimento dos países, dado que o crescimento da renda nacional *per capita* se mostrou limitado”, com base numa crítica segundo a qual a noção de desenvolvimento deve incluir também os aspectos necessários para uma vida saudável, digna e não excludente na sociedade. Nesse sentido, para incluir, além da renda *per capita*, a expectativa de vida, a escolaridade média da população, para fins de mensuração do desenvolvimento social.

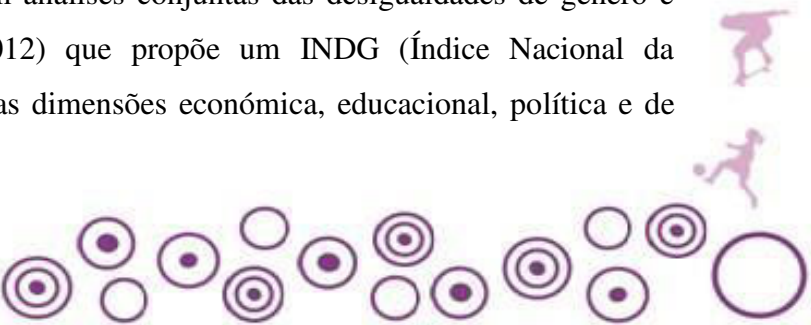
Mas, a abordagem de indicadores do IDH sofreu críticas por não incorporar aspectos tais como as desigualdades regionais e a desigualdade no desenvolvimento humano entre


¹ Doutora, UFOP, keiladeslandes@icloud.com.





mulheres e homens. Assim, destaca Soares (op, cit), desde 1995 a ONU passou a utilizar índices de gênero, sendo eles o GDI (*Gender-related Development Index*), que usava as mesmas dimensões do IDH para mensurar as diferenças no desenvolvimento entre mulheres e homens; e o GEM (*Gender Empowerment Measure*), focado na participação política nos cargos eletivos e de gerenciamento, bem como no empoderamento econômico. E, continua Soares (op. cit.), os índices GDI e GEM sofreram críticas e deixaram de ser divulgados desde 2010, quando foi introduzido o GII (*Gender Inequality Index*), como uma medida da equidade de gênero, calculada com base em 3 dimensões (saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho) e 5 indicadores mortalidade materna, taxa de fecundidade na adolescência, população feminina com, no mínimo, ensino médio, distribuição de assentos no poder legislativo e taxa de participação no mercado de trabalho. Soares (op. cit.) destaca ainda que, além do GII, outro índice específico para desenvolvimento social pela ótica de gênero é o GGI (*Global Gender Gap Index*), calculado a partir de 14 indicadores, divididos em 4 dimensões (participação econômica e oportunidades, com 5 indicadores; educação, com 4 indicadores; saúde, com 2 indicadores; e empoderamento político, com 3 indicadores). Além desses, ainda de acordo com Soares (op. cit.), há o GEI (*Gender Equity Index*), divulgado pela rede de organizações não-governamentais Social Watch, com base nas dimensões educação, atividade econômica e empoderamento político feminino; o WEOI (*Women's Economic Opportunity*), produzido pelo Banco Mundial, que “busca mensurar o acesso às oportunidades econômicas pelas mulheres por meio de cinco dimensões: trabalho, acesso ao crédito, educação e formação, normas sociais e atitudes e ambiente econômico”; e o SIGI (*Social Institution and Gender Index*), produzido pela OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), que “se concentra mais nas instituições sociais como fonte de desigualdade” e se baseia em cinco dimensões, a saber, conduta discriminatória da família, integridade física restrita, preferência por filhos do sexo masculino, recursos e direitos restritos e liberdades civis restritas. A própria Soares (2010) propõe o IDSgen (Índice de Desenvolvimento Social sensível ao gênero), no qual são levados em consideração as dimensões de saneamento (acesso aos serviços básicos de água, esgoto e coleta de lixo), renda (um rendimento não inferior a um SM), escolaridade (ao menos 4 anos de estudos, para fins de alfabetização funcional) e condições de trabalho (inserção no mercado de forma não precária). O IDSgen é usado também em análises conjuntas das desigualdades de gênero e raça/cor. E, ainda, temos SOUZA (2012) que propõe um INDG (Índice Nacional da Desigualdade de Gênero), composto pelas dimensões econômica, educacional, política e de





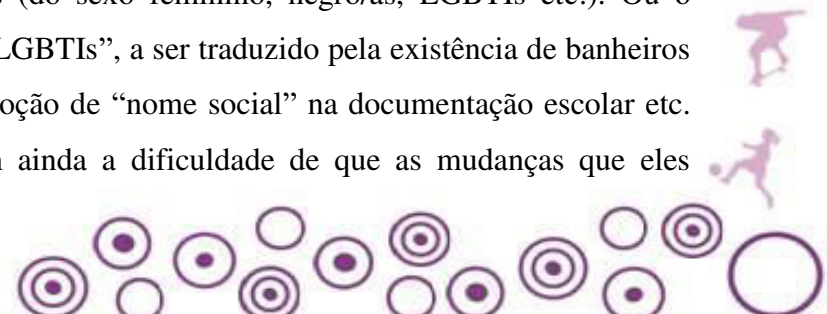
saúde, com o objetivo de tornar mais fidedigna a análise das desigualdades de gênero segundo as unidades da federação.


Indicadores são elementos mensuráveis, específicos e diretamente relacionados à meta que se pretende atingir com a ação, projeto ou política pública. São instrumentos, diretamente relacionados à mudança pretendida, capazes de sinalizar e evidenciar se, e em que medida, a situação-problema está sendo alterada por meio da intervenção que se está realizando (etapa de monitoramento) ou que foi realizada (etapa de avaliação). (cf. Deslandes e Fialho, 2010).

Instituições como o IBGE e o INEP utilizam indicadores para “medir o alcance de determinados objetivos, metas e resultados”, ou seja, para medir a mudança, considerada como o “impacto da intervenção”. Além disso, os indicadores são importantes instrumentos de gestão, pois permitem, com base no monitoramento e na avaliação que facultam, o gerenciamento das ações implementadas com vistas a atingir os resultados pretendidos. Mas, para serem realmente úteis, completa a autora, os bons indicadores devem: a) permitir comparações; b) ser produzidos com regularidade temporal capaz de visualizar as tendências ao longo do tempo; c) ser pactuados por quem os utiliza; d) estar disponíveis e acessíveis para um público amplo e a opinião pública.

Indicadores podem ser quantitativos, ou seja, tangíveis e facilmente observáveis; ou qualitativos, ou seja, intangíveis e de observação indireta. Por exemplo, o número de matrículas numa escola, por sexo, é um indicador quantitativo da igualdade de acesso à educação escolar por meninos e meninas. Já a participação de meninas e meninos no grêmio estudantil pode ser um indicador qualitativo (apesar de quantificável) do tema da valorização da consciência política por meninas e meninos (de observação indireta, pois, apesar de verificável, teríamos que entender melhor se a participação no grêmio estudantil de fato reflete a valorização da consciência política ou se é uma atividade obrigatória ou de mera socialização entre os estudantes etc).

Os indicadores qualitativos são de construção mais complexa e, em geral, são observados indiretamente. Por exemplo, o indicador “valorização da consciência política” não é observável diretamente, mas deve ser traduzido para itens mais pragmáticos tais como a participação de estudantes (do sexo feminino, negro/as, LGBTIs como sub-categorias possíveis), no grêmio estudantil. Ou, o “aumento da auto-estima” deve ser induzido pelo uso da fala na sala de aula por estudantes (do sexo feminino, negro/as, LGBTIs etc.). Ou o “aumento da visibilidade de estudantes LGBTIs”, a ser traduzido pela existência de banheiros não-binários na escola, facilidade de adoção de “nome social” na documentação escolar etc. Os indicadores qualitativos apresentam ainda a dificuldade de que as mudanças que eles





apontam no fenômeno observado podem ter sido influenciadas por outros fatores e atores. Por exemplo, se, durante o período em que se está implementando um projeto de intervenção para empoderamento de mulheres nos cargos de gestão escolar é eleita a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, isso pode gerar uma nova representação imaginária e simbólica dos papéis da mulher na sociedade, sem que tenha havido qualquer influência direta da intervenção que se está empreendendo.

A definição de indicadores exige perspicácia. Mas, como regra geral, os indicadores devem ter relação direta com aos objetivos e metas do projeto de intervenção, além de ter, como referência avaliativa, o “marco zero” desse processo.


A ideia de igualdade, em regra, é pensada em sua conotação de “igualdade formal”, ou seja, como um princípio jurídico que estabelece que as pessoas são iguais e, portanto, devem ser tratadas de maneira idêntica. A CRFB/88 estabelece, em seu Art. 5o, que “todos são iguais perante a lei” e, em específico no inciso I, afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Ora, é da igualdade formal que se trata aqui.

Do ponto de vista internacional, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) possui várias publicações sobre indicadores e os considera como séries de dados, definidos para responder perguntas sobre determinado fenômeno ou sistema específico. Igualmente a International Organization for Standardization (ISO), que avalia a qualidade de determinados processos e de ações de empresas, estabelece que indicadores são expressões numéricas, simbólicas ou verbais, empregadas para caracterizar atividades ou eventos, em termos quantitativos e qualitativos, com o objetivo de determinar seu valor.

No entanto, o conceito de igualdade substantiva reconhece as desigualdades e diferenças para, com base no pressuposto da hipossuficiência e vulnerabilidade da pessoa, facultar um tratamento desigual aos diferentes sujeitos, de maneira a garantir um sopesamento nas relações civis.

É importante observar que os indicadores para a elaboração de tais índices são, via de regra, coletados a partir de fontes oficiais internacionais, tais como a OIT (Organização Mundial do Trabalho), a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a OMS (Organização Mundial de Saúde) e o Banco Mundial, dentre outras. Além disso, é importante observar que as equações para o cálculo de tais índices são complexas e levam em consideração médias aritméticas, harmônicas e geométricas dos diferentes indicadores,





agrupados segundo o gênero masculino ou feminino. Por exemplo, o GII (Índice da Desigualdade de Gênero) usa, como uma de suas fórmulas, a seguinte equação:

$$Saúde = \frac{\sqrt{\left(\frac{1}{TMM} \times \frac{1}{TFA}\right) + 1}}{2};$$

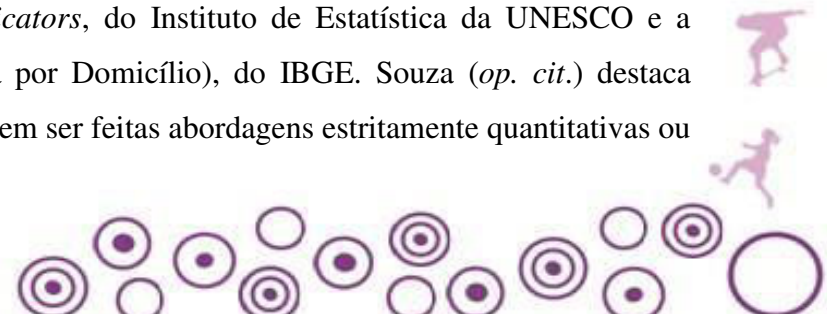
Onde *TMM* é a taxa de mortalidade materna e *TFA* é a taxa de fecundidade adolescente

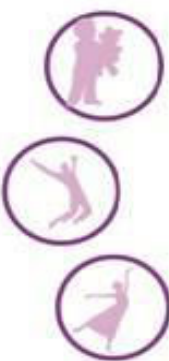
Com base nessas equações e tendo nos indicadores obtidos de modo padronizado e confiável no sentido técnico do termo, ou seja, indicadores validados pela comunidade de especialistas e interessados, as dimensões do GGI adquirem um valor que varia de 0 a 1, onde 0 é a máxima desigualdade e 1 a máxima igualdade. Assim, o país que, hipoteticamente, obtivesse 0 (zero) na dimensão “educação” do GGI, concentraria todos os seus esforços e políticas educacionais na sua população masculina, sem qualquer forma de acesso das mulheres às escolas, em qualquer nível. A articulação dessas dimensões calculadas dá o resultado final, que é a posição do país num *ranking* internacional de desigualdade de gênero, que é utilizado em diferentes circunstâncias e tomadas de decisão por organismos políticos e econômicos.

O SIGI se apresenta como relativamente excepcional, com uma metodologia bastante dificultada pelo uso de indicadores de difícil validação, tais como a liberdade no uso de roupas (*freedom to dress*) ou a liberdade de movimento (*freedom of movement*), que são coletados por “indicadores individuais”.

Soares (2010) destaca os aspectos metodológicos da construção de índices de desenvolvimento social, argumentando que um aspecto particular da criação desses índices é a comparabilidade entre países, sendo que, para isso, é imprescindível a escolha de indicadores aceitos e validados pela comunidade internacional.

Também Souza (2012) - que trabalha com a categoria relacional de Scott (1995) para definir gênero -, ao construir o INDG (Índice Nacional da Desigualdade de Gênero), destaca que a criação de índices deve indicar as suas fontes. Por exemplo, para a dimensão “educação”, as fontes propostas por Souza (*op. cit.*) seriam o *World Development Indicators* do Banco Mundial e o *Education Indicators*, do Instituto de Estatística da UNESCO e a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), do IBGE. Souza (*op. cit.*) destaca ainda que, na construção de índices, podem ser feitas abordagens estritamente quantitativas ou





qualitativas - sendo essas mais adequadas para apreender os aspectos subjetivos do fenômeno e aquelas mais adequadas para as análises comparativas -, e abordagens multidimensionais, que se utilizam de indicadores qualitativos e quantitativos, aquelas que permitem análises cruzadas e levam à criação de índices mais fidedignos. Souza (*op. cit.*) destaca finalmente que, dentre as críticas feitas ao uso de índices para a análise do desenvolvimento social, observa-se que as análises empreendidas e seus resultados podem variar consideravelmente segundo a metodologia utilizada para a produção dos índices, os indicadores selecionados e a própria fonte dos dados. Assim como se observa que, de acordo com os índices adotados, a posição dos países em rankings de desenvolvimento varia consideravelmente, de acordo com os índices adotados, de maneira que as análises sofrem o viés político da escolha dos índices a serem utilizados.

Referências

DESLANDES, Keila. FIALHO, Nira. **Diversidade no ambiente escolar:** instrumentos para a criação de projetos de intervenção. Belo Horizonte: Editora Autêntica. Ouro Preto, MG:

UFOP, 2010. Série Cadernos da Diversidade.

SOARES, Cristiane. O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos. **Cadernos Adeunauer XIV**, n. 3, 2012. Acesso em: <http://www.kas.de/wf/doc/11284-1442-5-30.pdf>.

SOUZA, Luísa Cardoso Guedes. **A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um índice para os Estados Brasileiros.** Monografia de conclusão de curso de Bacharel em Ciências Sociais. Brasília. UnB. Agosto de 2012. Mimeo.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

